

Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo - Prodesp
Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes



Sua conexão com o futuro.

Informações trimestrais (ITR) - 1T25

Em 31 de março de 2025



Índice

Relatório dos auditores independentes-----	3
Balanco patrimonial -----	5
Demonstração do resultado-----	6
Demonstração do resultado abrangente -----	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido -----	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto -----	9
Demonstração do valor adicionado -----	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2025 -----	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, Prodesp ou Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Fazenda do Estado de São Paulo e com empresas/entidades a ela relacionadas, conforme Item 2 da sua política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os Itens 26.1.e 26.2 da referida nota explicativa, em 31 de março de 2025, o montante dos saldos a receber pela Prodesp decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 558.614 mil (R\$ 531.297 mil em 31 de dezembro de 2024) e dos serviços prestados pela PRODESP, o valor de R\$ 459.481 mil (R\$ 404.408 mil em 31 de março de 2024). Portanto, as informações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA) - informação suplementar

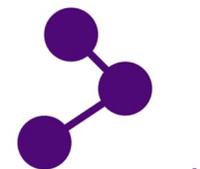
As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

Balanco patrimonial

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

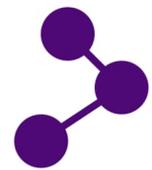


	Nota	31/03/2025	31/12/2024		Nota	31/03/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	269.377	590.592	Fornecedores	13	545.794	550.682
Contas a receber de clientes	6	561.679	460.633	Arrendamentos	14	19.416	21.671
Valores a receber convênios	7	61.169	58.622	Valores a pagar convênios	7	235.782	381.125
Tributos a recuperar	8	153.394	125.940	Salários e encargos sociais	15	95.697	84.281
Despesas antecipadas	9	249.237	241.663	Obrigações fiscais	16	65.078	67.796
Outros ativos circulantes		15.059	10.726	Juros sobre o capital próprio	18.3	24.049	24.049
		1.309.915	1.488.176	Outros passivos circulantes		20.356	20.440
						1.006.172	1.150.044
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	9.854	9.854	Não circulante			
		1.319.769	1.498.030	Fornecedores	13	4.044	4.044
Não circulante				Arrendamentos	14	19.090	19.062
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	17	45.943	41.139
Despesas antecipadas	9	18.895	29.516			69.077	64.245
Depósitos para recursos		7.822	7.732	Patrimônio líquido			
Tributos diferidos	24.2	31.808	24.987	Capital social	18.1	744.841	744.841
Tributos a recuperar	8	16.661	13.442	Reserva de lucros	18.2	124.046	124.046
Investimentos		900	900	Prejuízo acumulado		(12.674)	-
Imobilizado	11	189.656	205.156			856.213	868.887
Intangível	12	345.951	303.413				
		611.693	585.146				
Total do ativo		1.931.462	2.083.176	Total do passivo e patrimônio líquido		1.931.462	2.083.176

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ações exposto em reais)

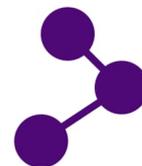


	Nota	Trimestre findo em 31 de março	
		2025	2024
Receita operacional líquida	19	579.161	468.574
Custo dos serviços prestados	20	(557.427)	(535.783)
Lucro (prejuízo) bruto		21.734	(67.209)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	21	(62.150)	(51.767)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível		-	(350)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	14.260	25.223
Despesas operacionais		(47.890)	(26.894)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(26.156)	(94.103)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	5.308	11.990
Despesas financeiras	23	(3.197)	(192)
		2.111	11.798
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.045)	(82.305)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24.1	11.371	27.442
Prejuízo do período		(12.674)	(54.863)
Prejuízo por lote de mil ações	25	(1,02)	(4,41)

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Prejuízo do período	(12.674)	(54.863)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	(12.674)	(54.863)

Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Prejuízo acumulado	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		668.232	10.721	112.727	(2)	-	791.678
Prejuízo do período	18	-	-	-	-	(54.863)	(54.863)
Saldos em 31 de março de 2024		668.232	10.721	112.727	(2)	(54.863)	736.815
Saldos em 31 de dezembro de 2024		744.841	15.784	108.264	(2)	-	868.887
Prejuízo do período	18	-	-	-	-	(12.674)	(12.674)
Saldos em 31 de março de 2025		744.841	15.784	108.264	(2)	(12.674)	856.213

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.



	Nota	Trimestre findo em 31 de março	
		2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.045)	(82.305)
Ajustes para reconciliar o lucro do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 12	41.825	31.423
Reversão para perdas de crédito esperadas	21	(14.685)	(26.603)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	11 e 12	1.276	-
Provisão para contingências		4.804	961
Juros sobre arrendamento		1.247	-
Outros		-	349
		10.422	(76.175)
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(86.361)	122.316
Valores a receber convênios		2.003	31.094
Tributos a recuperar		(30.673)	(14.577)
Despesas antecipadas		3.047	68.198
Depósito para recursos		(90)	(354)
Outros ativos		(4.333)	(4.120)
Fornecedores		(4.888)	(55.487)
Valores a pagar convênios		(145.343)	2.418
Salários e encargos sociais		11.416	8.998
Obrigações fiscais		(2.718)	(18.087)
Outros passivos		(84)	(109)
Juros sobre arrendamento		(393)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(7.908)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(247.995)	56.207
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(3.170)	(10.902)
Aquisições de intangível	12	(66.969)	(13.632)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(70.139)	(24.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento do principal de arrendamento		(3.081)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.081)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(321.215)	31.673
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	5	590.592	549.004
No final do período	5	269.377	580.677
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa no período		(321.215)	31.673

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Trimestre findo em	
	2025	2024
Receitas	668.761	554.796
Receita com serviços prestados, líquida de abatimentos	654.076	528.194
Reversão para perdas de crédito esperadas	14.685	26.602
Insumos adquiridos de terceiros	(436.284)	(464.631)
Custo dos serviços prestados	(421.136)	(453.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.064)	(8.768)
Outros	(2.084)	(2.846)
Valor adicionado bruto	232.477	90.165
Depreciação e amortização	(39.738)	(31.423)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	192.739	58.742
Valor adicionado recebido em transferência	7.246	14.642
Receitas financeiras	5.308	11.990
Outras receitas	1.938	2.652
Valor adicionado total a distribuir	199.985	73.384
Distribuição do valor adicionado	(199.985)	(73.384)
Pessoal	(121.801)	(115.317)
Remuneração direta	(91.943)	(88.280)
Benefícios	(22.644)	(20.306)
Encargos	(7.214)	(6.731)
Impostos, taxas e contribuições	(87.662)	(12.900)
Federais	(73.818)	(1.324)
Municipais	(13.844)	(11.576)
Remuneração de capital de terceiros	(3.196)	(30)
Juros	(1.309)	(30)
Outros	(1.887)	-
Remuneração de capitais próprios	12.674	54.863
Lucros retidos no período	12.674	54.863



1. Contexto operacional

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo" ou "Prodesp" ou "Companhia") é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Companhia é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue a legislação aplicável às empresas estatais, em especial a Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais").

Com um papel central na modernização da administração pública, a Prodesp lidera a transformação digital do Estado de São Paulo, fornecendo soluções tecnológicas inovadoras que viabilizam a digitalização de serviços e aprimoram a eficiência da gestão pública. A Companhia atua no desenvolvimento de sistemas, gestão de operações de TI, terceirização de processos de negócios, segurança da informação, cibersegurança, hiperautomação, certificação digital e consultoria especializada.

Em 2024, a Companhia ampliou significativamente seu portfólio de soluções digitais, consolidando-se como principal catalisadora da modernização tecnológica do Estado. Entre as iniciativas de destaque, estão a Transferência Digital de Veículos, que eliminou processos burocráticos e tornou a transação 100% digital; o SP Mulher Segura, plataforma inovadora para apoio às vítimas de violência doméstica; e o Facilita SP, que integra dados de 11 órgãos estaduais e simplifica a abertura de empresas.

O Poupatempo, principal canal de atendimento ao cidadão, também passou por avanços expressivos, expandindo sua rede para 245 unidades. A modernização do aplicativo Poupatempo possibilitou novas funcionalidades, como agendamento de mamografias e monitoramento de filas de transplantes, reforçando a acessibilidade e a eficiência do serviço.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais de 31 de março de 2024 foram preparadas tomando-se por base as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias e estão em conformidade com a norma internacional de contabilidade – IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As informações trimestrais contemplam os requisitos mínimos de divulgação, bem como outras informações consideradas relevantes, portanto, não incorporam todas as notas e divulgações exigidas pelas normas das demonstrações financeiras anuais.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir, são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.



2.1. Reconhecimento das receitas de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas na demonstração do resultado em contrapartida à conta de “Contas a receber de clientes” no balanço patrimonial quando o controle sobre os serviços é transferido para o cliente pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços e já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

As receitas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são executados pela Prodesp ou consumidos pelos seus clientes. Os consumos são atestados por meio de medições mensais, e após o aceite são faturados ao cliente.

Os principais serviços oferecidos pela Prodesp são:

- **Multicloud:** fornecimento de poder computacional (*CPU*, memória e sistema operacional, armazenamento e retenção de dados, em alta ou baixa plataforma) que mescla soluções próprias do *Data Center* Prodesp e soluções de mercado;
- **Segurança da Informação:** soluções que proporcionam um controle abrangente sobre os acessos privilegiados, acompanhado da capacidade de identificar e mitigar ameaças em tempo real, independente do sistema operacional ou da infraestrutura de nuvem em utilização;
- **Plataforma de Hiperautomação:** solução que otimiza os processos de negócios, eliminando tarefas repetitivas e automatizando as tarefas manuais, com tecnologias como automação de processos robóticos (“RPA”), plataformas de baixo código (“low-code”), inteligência artificial (“IA”) e assistentes virtuais;
- **Prodesp Shield:** conjunto integrado de tecnologias avançadas, organizadas em camadas proporcionando uma proteção abrangente e completa contra ameaças cibernéticas;
- **Prodesp Cidades:** soluções, produtos e serviços tecnológicos que atuam na ampliação dos serviços à população, melhoria da gestão pública e na qualidade de vida das pessoas, permitindo que os municípios possam, considerando seu nível de maturidade em tecnologia, iniciar, ampliar ou potencializar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como elemento de gestão e operação de cidades;
- **Soluções Prodesp:** desenvolvimento sob demanda de soluções tecnológicas; e
- **Outsourcing TIC:** prestação de serviços de atendimento e suporte técnico de TI.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Os ativos e passivos de tributos correntes referente aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. A Prodesp tributa seus lucros pelo regime do Lucro Real Anual.



Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias e ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável ao ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias definidas pelas legislações tributárias vigentes na data do balanço. As alíquotas nominais praticadas são de 25% para o imposto de renda de 9% para a contribuição social.

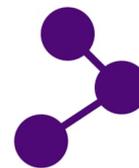
Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Prodesp contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e se pretender fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a Prodesp tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar são apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



2.3. Despesas antecipadas

A Prodesp classifica como despesas antecipadas a aplicação de recursos em despesas que irão incorrer em períodos subsequentes.

Software as a Service (“SaaS”)

As aquisições de softwares e soluções em tecnologia da informação na forma de serviços (SaaS) podem ser classificadas como ativo intangível ou como despesas antecipadas, dependendo das características do contrato.

Nos casos em que não se atende os requisitos do CPC 04 - Ativo intangível, os valores são registrados como despesas antecipadas e apropriados à demonstração do resultado de forma sistemática e linear pelo prazo de vigência dos contratos. Esses contratos possuem prazos entre 12 e 24 meses, sendo que as parcelas amortizáveis em até 12 meses são classificadas no ativo circulante e as demais no ativo não circulante.

2.4. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data de classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 10. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

2.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é no mínimo de 25% do lucro auferido no exercício após destinações previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Essas distribuições são priorizadas na forma de juros sobre capital próprio até os limites legais previstos e devem ser ratificadas na Assembleia Geral dos Acionistas.



A Companhia reconhece um passivo para pagamento de distribuição de lucros aos acionistas quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, quando prevista em sua política de distribuição de lucros ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Prodesp as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edifícios: 25 anos;
- Benfeitorias: 20 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 5 anos; e
- Veículos: 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado, por exemplo, na data que o comprador obtém controle, ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado decorrente do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição menos tributos recuperáveis no momento do seu reconhecimento inicial, e após são apresentados ao custo menos tributos recuperáveis, amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.



A Prodesp registra ativos intangíveis apenas quando o ativo é identificável, quando o controla, quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade e quando há evidências de que o ativo seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Companhia.

A Companhia cessa a capitalização de gastos com intangível a partir do momento que o ativo se encontra nas condições operacionais pretendidas pela Administração. Os gastos subsequentes ao fim da capitalização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Prodesp não possui ativos qualificados como intangíveis com vida útil indefinida.

Um ativo intangível é baixado quando da sua alienação, ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado, ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- A Prodesp possui recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.



Software

A Prodesp classifica como *software* as aquisições de licenças de programas de computador e de sistemas de gestão empresarial. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

2.8. Arrendamentos

Em 2024, a Companhia firmou contrato de arrendamento financeiro relacionado à aquisição de equipamentos de tecnologia para modernização do Data Center, conforme detalhado na Nota 11 - Imobilizado. Este contrato possui prazo de vencimento até dezembro de 2026 e foi negociado com taxa de CDI+1,09% a.a.

Os ativos e passivos provenientes do arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos do contrato, descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, que neste caso corresponde à taxa contratual de CDI+1,09% a.a.

- Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo:
- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela; e
- Quaisquer custos diretos iniciais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento que apresentam características de aquisição são contabilizados conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Nesse caso, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada, independentemente do prazo do arrendamento, considerando que a Companhia terá a propriedade do bem ao final do contrato.

A Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados ao arrendamento e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um único componente de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras de forma a produzir uma taxa periódica mensal, constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

2.9. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

• Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.



A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Prodesp para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto as contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo financeiro.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

• Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Prodesp ao custo amortizado incluem apenas as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.



A Prodesp não possui ativos qualificados como instrumentos de dívida.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

• Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Prodesp transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Prodesp também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Prodesp; e
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).



• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Prodesp reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Prodesp espera receber.

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Prodesp considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Prodesp receber integralmente os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

• Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Prodesp incluem fornecedores, arrendamentos e juros sobre capital próprio a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Prodesp revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos com vida útil indefinida é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Prodesp estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

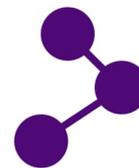
2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Prodesp espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem os riscos específicos ao passivo, quando adequado. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.



As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Os julgamentos, estimativas e premissas com efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir.

A Prodesp baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individual:

3.1. Ativos mantidos para venda

Em 17 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a decisão de alienar os imóveis da antiga unidade Mooca, assim, o referido ativo foi reclassificado para o grupo mantido para venda. A Administração considerou que o ativo satisfaz os critérios para ser classificado como mantido para venda pelos seguintes motivos:

- o Está disponível para venda imediata; e
- o O Conselho de Administração aprovou a venda em 17 de novembro de 2023; e
- o Potenciais compradores estão avaliando o imóvel.

3.2. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica o cálculo das perdas de crédito esperadas considerando os valores vencidos há 365 dias e, em certos casos, realiza uma análise detalhada quando informações internas ou externas indicam ser improvável a recuperação destes créditos pela Prodesp.

3.3. Tributos diferidos

A Prodesp realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.



A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada na Nota 24.2.

3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para os processos judiciais de naturezas cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

4. Gestão de risco financeiro

A Prodesp está exposta a riscos de mercado, crédito e liquidez, sendo sua gestão supervisionada pela Administração. Para isso, conta com uma estrutura de governança financeira adequada. A Companhia adota iniciativas para que suas atividades envolvendo riscos financeiros sejam conduzidas conforme políticas e procedimentos estabelecidos, garantindo sua identificação, avaliação e gerenciamento alinhados às diretrizes e ao perfil de risco da empresa. O Conselho de Administração revisa e define as políticas para a gestão de cada um desses riscos, conforme resumo a seguir, com base nas demonstrações financeiras, que apresentam baixa exposição.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

A Prodesp está sujeita a riscos de mercado relacionados a fatores macroeconômicos, incluindo inflação, variação de índices de preços e restrições orçamentárias do setor público. Embora a Companhia não esteja exposta a volatilidade de preços em contratos de longo prazo, os reajustes contratuais seguem, em sua maioria, indicadores inflacionários, garantindo previsibilidade nos custos. Adicionalmente, eventuais contingenciamentos e revisões orçamentárias do Estado podem impactar a demanda por serviços e o ritmo de execução de projetos, exigindo uma gestão eficiente dos contratos e da capacidade operacional.

- **Risco de cambio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).



A Companhia não possui exposição relevante ao risco cambial, pois suas receitas são integralmente denominadas em reais e não há clientes com faturamento em moeda estrangeira. Em relação às aquisições de bens e serviços precificados em dólar ou outras moedas, a Prodesp adota a estratégia de conversão imediata no momento da emissão do pedido de compra, evitando oscilações cambiais entre a contratação e o pagamento. Dessa forma, a exposição ao risco de câmbio é pontual e mitigada no momento da negociação com fornecedores.

• **Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações em um instrumento financeiro ou contrato comercial, resultando em perdas para a Companhia. A Prodesp está exposta a esse risco em suas atividades operacionais, principalmente no que se refere às contas a receber e ativos de contrato, bem como em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber e ativos de contrato

A Prodesp presta serviços majoritariamente para entidades do Governo do Estado de São Paulo, o que resulta em uma carteira de clientes composta, em sua maioria, por partes relacionadas. Apesar de a Companhia possuir processos estruturados de cobrança e monitoramento de recebíveis, os prazos de pagamento podem variar conforme a dinâmica orçamentária e financeira dos clientes. Entretanto, não há histórico significativo de inadimplência, pois os valores são integralmente recebidos, ainda que, em alguns casos, com prazos dilatados.

A Companhia realiza periodicamente uma análise de redução ao valor recuperável dos seus recebíveis, considerando probabilidades de perda e informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de encerramento do exercício. Esse cálculo leva em conta eventos passados, condições atuais e previsões econômicas futuras, garantindo que eventuais riscos sejam monitorados e mitigados adequadamente.

Adicionalmente, a Prodesp não mantém ativos recebíveis garantidos por terceiros, reforçando a necessidade de uma gestão eficiente do risco de crédito.

• **Risco de liquidez**

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Prodesp monitora esse risco por meio de ferramentas de planejamento de liquidez, considerando a previsão de fluxos de caixa e a necessidade de capital de giro para suas operações.

Embora a Companhia não possua financiamentos tradicionais, eventuais desafios de liquidez podem surgir devido ao descasamento entre a prestação de serviços e o recebimento dos clientes, majoritariamente entidades do Governo do Estado de São Paulo. Como os projetos contratados frequentemente demandam a aquisição de software e a contratação de serviços de terceiros antes da efetivação do pagamento pelos clientes é necessária a gestão do fluxo de caixa para evitar impactos operacionais.



A Prodesp busca manter um equilíbrio adequado entre a execução dos serviços e a gestão de seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a Companhia não possui exposições relevantes a instrumentos financeiros de crédito ou dívida, exceto por contratos de arrendamento operacional, cujos desembolsos são planejados dentro da estrutura orçamentária vigente.

Concentração de risco

A estrutura de clientes da Prodesp é composta essencialmente por órgãos públicos estaduais, o que pode representar um fator de concentração de risco. No entanto, a ausência de inadimplência histórica e a previsibilidade dos recebimentos mitigam esse efeito.

Com relação a fornecedores, a Companhia adota políticas de compras estruturadas, distribuindo contratações entre diferentes prestadores de serviço para evitar dependência excessiva de um único parceiro comercial.

A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e adota medidas para garantir a sustentabilidade financeira da Companhia, considerando o perfil de seus recebíveis e compromissos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	12	12
Depósitos bancários	586	266
Aplicação financeira	268.779	590.314
	<u>269.377</u>	<u>590.592</u>
Poupatempo (Nota 7.1)	(174.613)	(128.638)
Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	(193.865)
Prodesp	<u>94.764</u>	<u>268.089</u>

Os saldos das aplicações financeiras contemplam aplicações e rendimentos financeiros em fundos de investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata die* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A Prodesp, na qualidade de executora do programa Poupatempo, mantém contas patrimoniais e bancárias dedicadas exclusivamente para o recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo e liquidações de obrigações destinados à manutenção e funcionamento dos programas, não incorrendo em acréscimos ou decréscimos patrimoniais decorrentes desta atividade. Em relação ao programa Bolsa do Povo, cuja execução esteve sob responsabilidade da Prodesp até fevereiro de 2025, os recursos eventualmente remanescentes foram integralmente devolvidos ao Governo do Estado.



6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direito público em geral.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber	119.396	57.805
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 26.1)	497.445	472.675
	<u>616.841</u>	<u>530.480</u>
Provisão para perdas de crédito esperadas	(55.162)	(69.847)
Total de contas a receber, líquidas	<u>561.679</u>	<u>460.633</u>

São classificados como partes relacionadas os clientes sob o controle do Poder Executivo do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Nota 26 – Saldos e transações com partes relacionadas. Os clientes controlados pelos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, bem como dos demais entes federativos, inclusive os Poderes Executivos destes entes, são classificados em “Contas a receber”.

Valor por quantidade de dias vencidos (*Aging List*):

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	334.621	421.483
Vencidos:	282.220	108.997
De 1 a 30 dias	7.744	5.714
De 31 a 60 dias	71.374	13.634
De 61 a 90 dias	127.578	567
De 91 a 180 dias	3.796	1.030
De 181 a 365 dias	16.659	19.969
Maior que 365 dias	55.069	68.083
	<u>616.841</u>	<u>530.480</u>

Abaixo é demonstrada a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	69.847	147.263
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 22)	6.559	5.467
Reversão da provisão para perda de crédito esperada (Nota 22)	(21.244)	(82.883)
	<u>55.162</u>	<u>69.847</u>

7. Valores a receber e a pagar convênios

A Prodesp, empresa pública do Estado de São Paulo e entidade da administração pública indireta, foi qualificada como executora de programas governamentais financiados pelo Estado de São Paulo. Diante desta atribuição, recebe recursos para manutenção das atividades dos programas que não se caracterizam como acréscimos patrimoniais da Companhia. Os programas executados pela Prodesp, no período, são conforme seguem:



7.1. Poupatempo

Criado em 1997 pelo Decreto nº 41.761/97, o Programa Poupatempo possui como finalidade disponibilizar serviços e atendimento à população através de Postos de Serviços Atendimento inteiramente informatizados, objetivando concentrar em único espaço físico, a prestação de diversos serviços públicos, oferecendo ao cidadão, alto padrão de atendimento, com qualidade e eficiência.

O programa é referência nacional e internacional em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos e a Prodesp, desde a inauguração, é a responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (“SGGD”) por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa.

Diante destas atribuições, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico que resulte no aumento de patrimônio líquido, os recursos financeiros recebidos não representam receitas da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com prestação de contas mensal à SGGD. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Poupatempo foram os seguintes:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	174.613	128.638
Despesas operacionais convênios (a)	61.169	58.622
Total	<u><u>235.782</u></u>	<u><u>187.260</u></u>
Passivo		
Valores a pagar convênios	235.782	187.260
Total	<u><u>235.782</u></u>	<u><u>187.260</u></u>

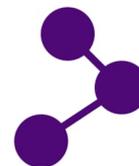
(a) Despesas operacionais convênios – contrapartida aos valores de fornecedores a pagar Poupatempo, oriundos de despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos.

Os valores correspondentes a “Valores a receber convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a pagar convênio Poupatempo (a)	61.169	58.622
Valores a pagar convênios (b)	174.613	128.638
Valores a pagar convênios	<u><u>235.782</u></u>	<u><u>187.260</u></u>

(a) Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo: são registrados os valores a pagar referente à aquisição de bens e serviços do convênio;

(b) Valores a pagar convênios: são registrados neste grupo as contrapartidas aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela SGGD para manutenção do programa Poupatempo, (ii) das receitas de exploração comercial, e (iii) receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio de despesas do Programa.



Contingências do Programa Poupatempo

Além dos gastos com gerenciamento do programa, existem processos trabalhistas e cíveis. Em caso de condenação, os pagamentos impostos serão de responsabilidade da SGGD, desta forma, a Prodesp não registra provisões para estas contingências.

As exposições do programa Poupatempo são conforme segue:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos trabalhistas		
Prováveis	29.445	27.506
Possíveis	20.098	20.850
Remotas	241	437
Processos cíveis		
Prováveis	4.540	4.348
Possíveis	51.394	52.274
Remotas	3.958	-

7.2. Bolsa do Povo (Decreto estadual nº 65.812/21)

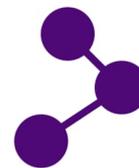
Com início em julho de 2021, o Programa Bolsa do Povo foi criado com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

Os recursos não transitavam no resultado da Prodesp, sendo registrados em contas patrimoniais do ativo e passivo com emissão de nota de débito conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Bolsa do Povo em 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>
Ativo	
Caixas e equivalentes (Nota 5)	193.865
Total	<u>193.865</u>
Passivo	
Valores a pagar convênios	193.865
Total	<u>193.865</u>

Em virtude do encerramento do Convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS e a PRODESP (Convênio SEDS nº 01/2022 - Termo 10) em 31 de dezembro de 2024, os recursos financeiros não utilizados nas ações do Programa foram revertidos para a Fazenda do Estado de São Paulo no primeiro trimestre de 2025.



8. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos substancialmente por créditos tributários e encargos, atualizados periodicamente pela taxa Selic. A Prodesp recupera esses créditos por meio da compensação com outros débitos tributários a partir do momento em que são administrativamente habilitados para utilização.

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda	133.245	114.728
Contribuição social	393	256
Cofins	29.589	19.669
Pasep	6.621	4.453
INSS	71	140
Outros	136	136
	170.055	139.382
Circulante	153.394	125.940
Não circulante	16.661	13.442

Imposto de renda

O saldo de imposto de renda a recuperar refere-se, substancialmente, a créditos acumulados de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o faturamento, totalizando R\$ 133.218 em 31 de março de 2025.

No primeiro trimestre do 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal, o que impossibilitou a compensação desses créditos como o IRPJ devido do período, resultando no aumento do saldo a recuperar.

Durante o exercício de 2024, foram acumulamos R\$ 99.673 em IRRF. Deste montante, R\$ 14.748 foram utilizados como dedução na apuração do IRPJ. O saldo residual de R\$ 84.925 permanece registrado como crédito tributário a recuperar.

O saldo elevado de IRRF decorre, principalmente, da composição da base de clientes da Companhia, formada majoritariamente por entes públicos, os quais retêm 4,8% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a imunidade tributária da Prodesp (conforme descrito na Nota 1), a expectativa da Companhia é que passe a se beneficiar da não incidência do IRRF sobre suas receitas. Assim, estima-se que, uma vez implementados os efeitos da decisão, os clientes públicos deixem de realizar a retenção nas notas fiscais, o que deverá resultar em:

- Redução no volume de créditos tributários acumulados;
- Simplificação operacional no controle e na compensação desses créditos;
- Melhoria no fluxo de caixa, uma vez que os valores anteriormente retidos passam a ser recebidos integralmente no momento do pagamento.



9. Despesas antecipadas

A Companhia classifica como despesas antecipadas as aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinadas aos clientes e os pagamentos antecipados a título de SaaS realizados por meio de acordos operacionais com grandes empresas de tecnologia.

Os saldos dessas despesas são apresentados conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecimento de licenças/Apoio técnico especializado (a)	69.337	19.359
Segurança cibernética (<i>Cyber Security</i>) (b)	159.317	200.710
Licenças de alta plataforma (c)	38.332	51.110
Outros	1.146	-
	268.132	271.179
Circulante	249.237	241.663
Não circulante	18.895	29.516

(a) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas de diversos fabricantes e fornecedores para os clientes Prodesp. Esse serviço também inclui o apoio técnico especializado para a instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte desses *softwares* e sistemas;

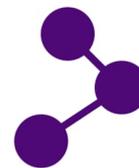
(b) Serviços que visam proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra-ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros; e

(c) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas específicos para a alta plataforma da Prodesp, que é composta por computadores de grande porte e alta performance (*mainframes*). Esses computadores são capazes de processar grandes volumes de dados e transações, com alta velocidade e segurança. Permitem que a Prodesp e seus clientes possam usar os *mainframes* de forma eficiente e confiável.

Acordos operacionais

Para obter as melhores tecnologias disponíveis no mercado, a Prodesp mantém acordos firmados com grandes empresas do mercado de tecnologia, obtendo descontos significativos e agilizando as contratações de licenças de uso, serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de *software*. Como parte desses acordos e decorrente de negociações por melhores preços, a Companhia realiza pagamentos antecipados.

A Prodesp realiza desde 2023, investimentos para aprimorar a proteção digital dos dados armazenados em seu *Data Center*. Esse investimento visa proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra-ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros.



10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Durante o exercício de 2023, como parte da busca contínua pela eficiência operacional e pela maximização dos recursos da Prodesp, a Administração reorganizou as estruturas físicas da Companhia migrando os postos de trabalho da unidade Mooca para a Sede, assim, decidiu encerrar as atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca e, após aprovação do Conselho de Administração em reunião no dia 17 de novembro de 2023, iniciou os procedimentos para alienação do imóvel. A desocupação e venda do imóvel proporciona à Prodesp uma economia de R\$ 10 milhões por ano, que deixa de ser gastos na manutenção do conjunto imobiliário, além disto, evita gastos estimados em R\$ 70 milhões na estrutura predial, necessários devido a deterioração do prédio pelo tempo de uso.

A Prodesp espera recuperar o valor contábil do ativo por meio da alienação, desta forma, desocupou o prédio mantendo-o disponível para venda nas condições em que se encontra.

Em dezembro de 2023, após aprovação do Conselho de Administração e disponibilização do imóvel para alienação e em conformidade com o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os processos de depreciação foram cessados e os saldos residuais reclassificados do ativo imobilizado para ativo não circulante mantido para venda no balanço patrimonial, conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Imobilizado		
Edifícios	2.994	2.994
Terrenos	2.884	2.884
Instalações	2.244	2.244
Outros ativos	1.732	1.732
	9.854	9.854

A Prodesp contratou avaliadores independentes para estimar o valor justo do imóvel da Mooca, após avaliação, constatou-se que os registros contábeis não estavam superavaliados, ou seja, os saldos residuais apurados estavam adequados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

Impactos em 2025

No primeiro trimestre de 2025, a Prodesp continuou com os procedimentos para a venda do imóvel da Mooca. A manutenção do imóvel como disponível para venda também reflete a estratégia da Prodesp de otimizar seus recursos e reduzir custos operacionais. Potenciais compradores estão avaliando o imóvel para uma proposta de compra.

11. Imobilizado

Os saldos patrimoniais e movimentações do imobilizado foram as seguintes:



a. Saldos patrimoniais

	Tx. anual de depreciação	31/03/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máq. e equipamentos	20%	670.980	(530.310)	140.670	671.022	(515.308)	155.714
Instalações	10%	133.446	(106.996)	26.450	132.998	(105.326)	27.672
Móveis e utensílios	10%	60.776	(46.564)	14.212	59.374	(45.998)	13.376
Benfeitorias	4%	70.812	(66.325)	4.487	70.812	(66.177)	4.635
Terrenos		3.257	-	3.257	3.257	-	3.257
Edifícios	4%	46.718	(46.138)	580	46.632	(46.130)	502
Total		985.989	(796.333)	189.656	984.095	(778.939)	205.156

b. Movimentação

	31/12/2024	Aquisição	Baixas Transferências	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda	31/03/2025
Máq. e equipamentos	155.714	1.233	(1.275)	(15.002)	-	140.670
Instalações	27.672	448	-	(1.670)	-	26.450
Móveis e utensílios	13.376	1.403	(1)	(566)	-	14.212
Benfeitorias	4.635	-	-	(148)	-	4.487
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	502	86	-	(8)	-	580
Total	205.156	3.170	(1.276)	(17.394)		189.656

	31/12/2023	Aquisição	Baixas	Depreciação	Transferência para ativo mantido para venda (Nota 10)	31/03/2024
Máq. e equipamentos	111.033	12.150	-	(14.130)	-	109.053
Instalações	19.603	37	-	(1.526)	-	18.114
Móveis e utensílios	16.936	84	-	(577)	-	16.443
Benfeitorias	5.239	-	-	(155)	-	5.084
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	528	-	-	(7)	-	521
Total	156.596	12.271	-	(16.395)		152.472

A Companhia não identificou indicativos ou evidências de desvalorização, bem como, alterações na vida útil dos ativos imobilizados em 31 de março de 2025.

12. Intangível

Os saldos patrimoniais e movimentações do intangível foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais

	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	779.395	(433.444)	345.951	712.426	(409.013)	303.413
Total	779.395	(433.444)	345.951	712.426	(409.013)	303.413

b. Movimentação

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil de 2 a 5 anos.



	31/12/2024	Aquisições	Baixas/ Transferências	Amortização	31/03/2025
Software	303.413	66.969		(24.431)	345.951
Total	303.413	66.969		(24.431)	345.951

	31/12/2023	Aquisições	Baixas Transferências	Amortização	31/03/2024
Software	104.363	13.881	(1.073)	(15.074)	102.097
Total	104.363	13.881	(1.073)	(15.074)	102.097

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como não identificou indicativos ou evidências de desvalorização e alterações na vida útil dos seus ativos intangíveis em 31 de março de 2025.

13. Fornecedores

A Prodesp registra em fornecedores valores a pagar decorrente de aquisições de bens e serviços. Os passivos registrados são apresentados conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	545.794	550.682
Não circulante	4.044	4.044
	549.838	554.726

14. Arrendamentos

Em dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de arrendamento para a aquisição de *mainframe* para modernização do Data Center, visando otimizar o fluxo de caixa associado à compra desses bens. A taxa de juros pactuada foi de CDI + 1,09% ao ano. Os pagamentos do contrato de arrendamento foram iniciados em 2025 e seguirão até dezembro de 2026. No primeiro trimestre de 2025, foi realizado o pagamento no valor de R\$ 3.474.

a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo imobilizado		
Máquinas e equipamentos	38.697	40.733
Arrendamentos		
Circulante	19.416	21.671
Não circulante	19.090	19.062

b. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Não há impactos na demonstração do resultado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. As despesas relacionadas aos contratos de arrendamento - R\$ 1.247 na linha de despesas financeiras e R\$ 2.036 como despesa de depreciação - sendo reconhecidos a partir deste primeiro trimestre de 2025.



c. Informações adicionais

A Companhia utilizou a taxa de desconto definida no próprio contrato de arrendamento (CDI + 1,09% a.a.) para mensurar inicialmente os passivos de arrendamento. Essa taxa foi considerada devido às condições específicas negociadas com o arrendador. Diferentemente de situações em que é necessário estimar taxas de desconto com base em sondagens de mercado ou "spreads" de crédito, a taxa aplicada já reflete os termos e condições acordados com a contraparte.

A Companhia não possui outros arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor.

15. Salários e encargos sociais

	31/03/2025	31/12/2024
Férias	49.345	51.329
Programa de participação nos resultados (PPR)	27.923	22.161
INSS	8.816	8.424
13º salário	7.886	-
FGTS	1.727	2.367
	95.697	84.281

16. Obrigações fiscais

	31/03/2025	31/12/2024
Cofins diferido (a)	27.779	13.526
Cofins a pagar	10.596	14.810
ISS	6.431	11.299
Pasep diferido (a)	6.031	2.936
INSS retido na fonte	5.158	4.760
IRRF	4.896	10.576
Pasep a pagar	2.289	3.207
CSLL	-	4.867
Outros tributos	1.898	1.815
	65.078	67.796

(a) A Prodesp em conformidade com a Lei nº 10.833/03, passou a postergar (diferir) o pagamento de Pasep e Cofins incidentes sobre receitas auferidas contra pessoa jurídica de direito público, com isto, o recolhimento do Pasep e Cofins passa a ser exigido no recebimento.

Imunidade recíproca

Em 17 de fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento da Ação Cível Originária nº 3.664/SP, reconheceu o direito da Prodesp à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. O STF entendeu que a companhia atende aos requisitos constitucionais para fruição da imunidade, por prestar serviços típicos do Estado e não possuir finalidade lucrativa.

Dentre os efeitos potenciais da decisão, destacam-se:

- Não incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro da companhia;
- Alteração do regime de apuração do PIS e da COFINS, com migração do modelo não cumulativo (alíquota conjunta de 9,25%) para o modelo cumulativo (alíquota de 3,65%);



- Possibilidade de recuperação de tributos pagos indevidamente nos últimos cinco anos, incluindo IRPJ, IOF, IRRF, PIS e COFINS.

A decisão não gerou efeitos contábeis nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2025. A Administração está avaliando os potenciais impactos econômicos e contábeis decorrentes, os quais serão reconhecidos oportunamente, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

17. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, fora do controle da Companhia.

	31/12/2024	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	31/03/2025
Trabalhistas	33.242	3.232	(315)	1.702	37.861
Cíveis	7.897	-	-	185	8.082
Total	41.139	3.232	(315)	1.887	45.943

	31/12/2023	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	31/03/2024
Trabalhistas	23.208	2.593	(2.141)	-	23.660
Cíveis	14.387	1.402	(1.055)	162	14.896
Total	37.595	3.995	(3.196)	162	38.556

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; doença ocupacional, multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

**Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível**

A Companhia possui contingências judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de março de 2025, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 189.257 (R\$ 185.018 em 31 de dezembro de 2024).

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas	58.931	59.955
Cíveis e tributárias	130.326	125.063
	189.257	185.018

18. Patrimônio líquido**18.1. Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 744.841 em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024).

Em 23 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do valor do capital social em R\$ 76.609.

Em 2 de julho de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) doou para a Prodesp 14 ações ordinárias, com um valor patrimonial de R\$ 890,73 (oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2023, em decorrência de seu processo de privatização. As ações foram registradas no livro de transferências da Prodesp como ações em tesouraria.

Em 31 de março de 2025, a posição acionária da Companhia é composta conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Acionista controlador	12.410.805	99,74%
Estado de São Paulo	12.410.805	99,74%
Acionistas minoritários	32.378	0,26%
São Paulo Previdência (SPPREV)	32.363	0,26%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	14	0,00%
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)	1	0,00%
Ações em tesouraria	38	0,00%
	12.443.221	100,00%

18.2. Reserva legal

Consiste na razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

O saldo da reserva legal é de R\$ 15.784 em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.



18.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 23 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros do exercício 2024 no montante de R\$ 24.049 na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”).

O item 5 da Política de Dividendos, disponível no site da Prodesp, bem como, o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

A Prodesp prioriza a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre capital próprio para utilização de benefício fiscal, conforme artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/95. Os JCP são pagos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Em 2025, não houve o reconhecimento de juros sobre capital próprio devido ao prejuízo acumulado pela Companhia. A movimentação das distribuições de lucros ocorridas em 2024 é conforme segue:

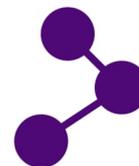
	31/03/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	24.049	41.637
Distribuições propostas		
Juros sobre o capital próprio	-	24.049
Lucros distribuídos		
(-) JCP e dividendos pagos de exercício anterior	-	(41.637)
	24.049	24.049

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratando-os como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Desta forma, em 2024, os tributos foram reduzidos em R\$ 8.177.

19. Receita operacional líquida

Prestação de serviços substancialmente para os clientes da Administração Direta e Indireta. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultado da Companhia:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Receitas		
Desenvolvimento e manutenção de <i>software</i>	202.226	151.244
Cibersegurança e hiperautomação (a)	166.763	-
<i>Outsourcing</i> TIC	102.986	94.904
Processamento de dados de alta plataforma	57.737	49.320
<i>Multicloud</i>	48.108	157.583
Outras receitas	33.803	30.399
Serviços de postagem	25.413	25.852
Diário Oficial	19.452	24.399
Digitalização de documentos	9.032	8.307
Coleta biométrica	1.621	-
	667.141	542.008
Deduções		
Cofins	(50.633)	(39.806)
Pasep	(10.993)	(8.642)
ISS	(13.289)	(11.173)
Descontos	(13.065)	(13.813)
	(87.980)	(73.434)
	579.161	468.574



(a) O aumento nessa rubrica, em relação a 2024, quando não houve movimentação, deve-se à intensificação, em 2025, dos esforços da Companhia em projetos estratégicos para seus clientes, como automação de processos, cibersegurança e gestão integrada de serviços públicos.

20. Custo dos serviços prestados

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Atualização e subscrição de software	(219.225)	(212.632)
Serviços de terceiros e desenvolvedores	(193.542)	(195.462)
Custos com pessoal		
Salários	(46.491)	(46.501)
Encargos sociais	(32.837)	(32.514)
Benefícios e outros	(15.780)	(16.947)
Outros custos	(2.987)	-
Depreciação e amortização	(38.571)	(27.561)
Locação e manutenção de equipamentos	(6.591)	(2.815)
Outros custos	(1.403)	(1.351)
	(557.427)	(535.783)

21. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Despesas com pessoal		
Salários	(22.077)	(19.812)
Encargos sociais	(14.748)	(13.335)
Benefícios e outros	(10.405)	(8.332)
Serviços de terceiros	(8.570)	(4.113)
Depreciação e amortização	(1.734)	(1.343)
Energia elétrica	(1.088)	(934)
Licenças de <i>software</i>	(662)	(1.040)
Outras despesas	(2.866)	(2.858)
	(62.150)	(51.767)

22. Outras receitas operacionais, líquidas

A Prodesp registra no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas os ganhos ou perdas de transações que não constituam as atividades ordinárias da Companhia, ou seja, engloba os resultados das atividades acessórias do objeto de atividade da Prodesp e é composto conforme segue:



	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Reversão para perda de crédito esperada (a)	14.685	26.602
Outras receitas (despesas) operacionais	(425)	(1.379)
	14.260	25.223

(a) O resultado de primeiro trimestre de 2025 refere-se à reversão de provisão para perda de crédito esperada, inicialmente constituídas em 2024, em função da expectativa de inadimplência. Contudo, devido a esforços intensivos nas negociações de cobrança, a Companhia conseguiu recuperar esses valores.

23. Resultado financeiro líquido

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	4.936	4.707
Receita de juros e correção monetária	372	7.283
	5.308	11.990
Variações monetárias passivas sobre contingências	(1.888)	(162)
Juros	(1.309)	(4)
Descontos financeiros	-	(26)
	(3.197)	(192)
	2.111	11.798

24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Reconciliação do efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculados com base nas alíquotas nominais de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.045)	(82.305)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	8.175	27.984
Efeitos de benefícios fiscais		
Diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(709)	(596)
Reversão de provisões indedutíveis	4.993	
Outras	(1.088)	54
Imposto de renda e contribuição social	11.371	27.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.371	27.442
Alíquota efetiva	47,29%	33,34%



24.2. Composição e movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado.

Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são compostos conforme segue:

	31/12/2024	Demonstração do resultado	Convênios	31/03/2025
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros	7.535	1.968	-	9.503
Contingências	13.987	1.649	-	15.636
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	1.074	(1.074)	-	-
Provisão para perdas de outros valores a receber	1.427	-	-	1.427
Receita reconhecida CPC 47 (a)	-	(51.585)	-	(51.585)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	60.413	(4.550)	55.863
Ativo fiscal diferido	24.987	11.371	(4.550)	31.808

- (a) A Prodesp reconhece suas receitas com base no valor que espera receber em contrapartida pelos serviços prestados e registra tributos diferidos sobre a diferença entre a receita calculada de acordo com a legislação tributária e a receita mensurada conforme as diretrizes do CPC 47.

	31/12/2023	Demonstração do resultado	Convênios	31/03/2024
Provisão para perdas de crédito esperadas	50.069	(9.045)	-	41.024
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros	6.076	2.015	-	8.091
Contingências trabalhistas	12.782	327	-	13.109
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	1.427	-	-	1.427
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	34.145	(5.307)	28.838
Ativo fiscal diferido	71.318	27.442	(5.307)	93.453

25. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Prodesp, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O total de ações da Companhia é de 12.443.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas (Nota 18.1).

A Prodesp não possui itens com efeitos potenciais de conversões de instrumentos ou direitos em ações que possam alterar a remuneração por ações dos atuais detentores, assim, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico por ação. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:



	Trimestre findo em	
	31 de março	
	2025	2024
Prejuízo líquido do período	(12.674)	(54.863)
Média ponderada da quantidade de ações	12.443.221	12.443.221
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações	(1,02)	(4,41)

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 2 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.

26.1. Saldos a receber e a pagar

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados nas rubricas “Contas a receber de clientes” e “Valores a receber convênios” do balanço patrimonial e nas Notas 6 e 7 deste documento.

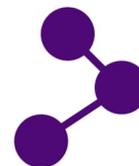
	31/03/2025	31/12/2024
Administração direta	433.650	377.398
Administração indireta	63.795	95.277
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	497.445	472.675
Provisão para perda de crédito esperada	(49.860)	(64.554)
Contas a receber de partes relacionadas, líquidas	447.585	408.121
Valores a receber convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	61.169	58.622
Saldo a receber de partes relacionadas	508.754	466.743
Valores a pagar convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	174.613	128.638
Valores a pagar convênios - Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	193.865
Saldo a pagar para partes relacionadas	174.613	322.503

26.2. Serviços prestados para partes relacionadas

	Trimestre findo em	
	31 de março	
	2025	2024
Administração direta	332.481	356.392
Administração indireta	50.650	48.016
	383.131	404.408

26.3. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica “Outros ativos circulantes” do balanço patrimonial, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.



A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada abaixo:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Secretaria da Fazenda e Planejamento	74	72
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	49	47
Secretaria Gestão e Governo Digital	35	34
Casa Civil	35	33
Município de São Vicente	19	18
Total	212	204

26.4. Remuneração da administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio das deliberações Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) nº 001/2024, e baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes de 31 de março de 2025 e 2024 registrados na rubrica “Salários”, foram de R\$ 1.302 e R\$ 1.211, conforme demonstrado abaixo:

	Trimestre findo em 31 de março	
	2025	2024
Conselho de Administração	277	296
Diretoria Executiva	691	653
Conselho Fiscal	92	99
Comitê de Auditoria Estatutária	242	163
Total	1.302	1.211

Os números de membros dos colegiados nos períodos, eram:

	31/03/2025	31/03/2024
Conselho de Administração	11	10
Diretoria Executiva	6	5
Conselho Fiscal	5	5
Comite de Auditoria Estatutária	5	3
Total	27	23

Conforme estatuto da Companhia integrará o Conselho de Administração o Diretor-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

26.5. Juros sobre capital próprio

Os saldos a pagar de Juros Sobre Capital Próprio estão registrados na rubrica “Juros sobre o capital próprio” do balanço patrimonial e detalhados na Nota 18.3.



27. Cobertura de seguros

A Prodesp tem a política de contratar coberturas de seguros nos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas de seguros são conforme segue:

Ramo	Tipo de cobertura	31/03/2025	31/12/2024
Riscos nomeados	Empresarial/Incêndio/Roubo	616.215	616.215
Seguro de vida	Vida empresarial	110.013	110.013
D&O - Directors and Officers	Responsabilidade civil	30.000	30.000
E&O - Certificados	Responsabilidade civil	1.650	1.650
Veículos e outros	Veículos e transportes	1.200	1.150
		759.078	759.028

28. Relacionamento com auditoria externa

A Prodesp possui um contrato de auditoria externa com a BDO RCS Auditores Independentes, empresa que examina e emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*). Este contrato abrange a auditoria dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, assegurando continuidade e profundidade nas análises e revisões.

A Prodesp também mantém uma relação transparente e ética com os auditores independentes, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a realização dos trabalhos de auditoria, bem como atendendo às recomendações e às sugestões de melhoria apresentadas pelos auditores. A Prodesp reconhece a importância da independência dos auditores independentes para a credibilidade e a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como para a proteção dos interesses dos acionistas, dos credores e da sociedade em geral. A empresa de auditoria externa não realizou serviços de consultoria.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de março de 2025, têm sua aprovação pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 30 de maio de 2025.

assinado digitalmente por
GLAUBER ALEIXO FREDIANI
Gerente de Controladoria

assinado digitalmente por
MATHEUS ROMUALDO DE JESUS
Contador CRC n.º SP-328640/O-4



Sua conexão com o futuro.